



Recebido em 31/03/2026
Aceito em 31/03/2026
DOI: 10.26512/emtempos.v25i47.61940

Editorial

Quem pode dizer a história: as temporalidades do trabalho intelectual e a ciência aberta

Maria Clara Silva

Doutoranda em História na Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-6972-1805>

Amanda Monteiro Bortoluzzi Pires

Doutoranda em História na Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0001-6648-419X>

Abrir um novo número da revista é, de algum modo, insistir que o pensamento continua em movimento. Apresentamos, assim, o volume 25, número 47 da Revista Em Tempo de Histórias, publicado em 2026, como parte de um trabalho que não se faz sozinho e que tampouco se sustenta apenas por métricas, classificações ou índices, ainda que estes também componham a vida institucional da pesquisa.

No último quadriênio da Capes, a revista foi classificada como A4, reconhecimento importante para uma publicação que nasce e se mantém no interior da pós-graduação, alimentada pelo trabalho persistente de pós-graduandos, mas também pelo diálogo generoso com pesquisadoras, pesquisadores, professoras e professores que seguem apostando na escrita, na leitura e na circulação partilhada do conhecimento histórico.

Mais do que reunir textos, uma revista também reúne tempos, perguntas, hesitações, formas de atenção e modos de elaborar o mundo. Há algo de profundamente formativo na experiência de construir, em coletivo, um espaço de publicação. Significa aprender a ler com cuidado, a editar com responsabilidade, a sustentar interlocuções, a abrir passagem para ideias ainda em elaboração.

Fazer ciência, nesse sentido, também é isso, criar condições para que o pensamento circule, se transforme e encontre outras mãos, outras leituras, outros futuros. Em um tempo em que os critérios de avaliação mudam, os sistemas se

reordenam e as linguagens acadêmicas tantas vezes se endurecem, insistir em uma revista como esta é também afirmar outra temporalidade do trabalho intelectual, uma temporalidade feita de colaboração, escuta, rigor e muita coragem.

É nesse espírito que este número se apresenta, como exercício de ciência aberta, como espaço de formação e como gesto de confiança na educação. Porque pensar, afinal, nunca foi um ato solitário e, talvez, os periódicos acadêmicos existam precisamente para nos lembrar disso. Os textos reunidos neste número também convergem, cada um à sua maneira, para uma questão central: de que modo a História produz, organiza e transmite as formas pelas quais nos tornamos capazes, ou incapazes, de imaginar outros passados, outros sujeitos e outros mundos possíveis?

Pensar a história das mulheres implica reconhecer que ela não se confunde, de maneira imediata, com a história dos feminismos, embora ambas permaneçam profundamente entrelaçadas. Esse deslocamento nos convida a perguntar não apenas onde estão as mulheres na história, mas de que forma foram inscritas ou silenciadas em estruturas de poder, discursos políticos, práticas culturais e regimes de visibilidade.

É nesse horizonte que se insere o artigo “Mulheres em Tempos de Disputas: contribuições de Rosa Luxemburgo e Hannah Arendt ao debate sobre a questão das mulheres”, de Daiane da Silva Vicente, ao examinar como a questão feminina aparece nos escritos de duas intelectuais centrais do século XX. Mais do que classificá-las como feministas, gesto que o próprio texto evita com cautela, o artigo abre uma questão historiograficamente fecunda, ao buscar entender como certas reflexões sobre a condição das mulheres podem emergir mesmo quando não se articulam a uma identidade feminista explícita. Ao aproximar Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt e os feminismos de suas épocas, o estudo nos lembra que essa relação esteve longe de ser simples ou consensual.

Essa problemática se desdobra, em outra escala, no artigo “De coroa e avental: a representação das mulheres no espaço da Festa do Colono de Maracajá, SC”, de Giani Rabelo, Odecia Almeida de Souza da Silva e Susane da Costa Waschinewski, o qual desloca o debate do campo das formulações intelectuais para o universo das práticas culturais e das representações sociais. Ao analisar os discursos, símbolos e dinâmicas que organizam a presença feminina no interior da festa, o texto evidencia como certos papéis atribuídos às mulheres seguem sendo reafirmados por meio de rituais públicos, celebrações identitárias e formas aparentemente naturais de distinção entre os sexos.

Ao mesmo tempo, ao atentar para os usos e apropriações que as próprias mulheres fazem desses espaços, o artigo evita uma leitura puramente determinista e nos permite perceber que a história das mulheres se constrói também no interior dessas ambiguidades. Entre consagração e contenção, entre reconhecimento e estigmatização, entre participação e delimitação. O que está em jogo, nesse caso, não é apenas a imagem da mulher celebrada pela festa, mas o conjunto de expectativas sociais que definem quem pode ocupar determinados lugares, sob quais condições e com que significados.

Entre pensamento político, crítica social e práticas culturais, o que emerge nesse primeiro conjunto de artigos é um terreno de disputas em que o feminino aparece como categoria histórica permanentemente atravessada por relações de poder, representações normativas e possibilidades de ação. Mas esse conjunto de reflexões também convida a uma questão importante: pensar as mulheres não apenas como tema, objeto ou figura da história, mas também como sujeitas da elaboração intelectual e da produção de conhecimento.

Se por muito tempo a presença das mulheres foi circunscrita a certos assuntos considerados “próprios” do feminino, torna-se fundamental reconhecer que sua inserção no campo intelectual não se limita ao fato de escreverem sobre mulheres, mas inclui também o direito histórico, político e epistemológico de interpretar o mundo, formular problemas e intervir nos debates de seu tempo a partir de múltiplos lugares. Nesse sentido, os artigos aqui reunidos não apenas ampliam a compreensão sobre a história das mulheres, mas também reforçam a necessidade de seguir interrogando as formas pelas quais as mulheres foram, e continuam sendo, autorizadas ou não a falar, pensar e produzir saber.

Convém lembrar que há mulheres que não se disseram feministas e, ainda assim, pensaram desde a fratura aberta de seu próprio tempo, porque ninguém está inteiramente fora das perguntas de sua época. A questão não está apenas em saber se determinadas mulheres se reconheceram, ou não, como feministas, mas em perguntar o que seus gestos, recusas, formulações e inquietações colocavam em movimento no interior de um mundo atravessado por disputas em torno das experiências historicamente atribuídas a elas.

Se, nos textos anteriores, a reflexão em torno das mulheres já nos levava a pensar as condições históricas e políticas sob as quais determinados sujeitos podem ser reconhecidos como produtores de pensamento, o artigo seguinte aprofunda essa questão ao situá-la no interior da própria prática historiográfica.

Já não se trata apenas de perguntar quem entra na narrativa histórica, mas sob quais categorias, linguagens e critérios de legitimidade certos saberes podem ser escutados, lidos e reconhecidos como conhecimento.

O artigo “Em busca de alianças afetivas: o historiador do tempo presente encontra as Guerreiras da Ancestralidade”, de Carlos Roberto da Silva, traz ao centro uma questão particularmente importante para a historiografia contemporânea, os desafios éticos e epistemológicos que atravessam a relação entre historiadores não indígenas e produções intelectuais indígenas. Mais do que tomar essas produções como objeto de análise, o texto propõe pensar as condições do próprio encontro entre diferentes formas de elaborar a memória, a experiência e o tempo. Ao se aproximar do “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade” e da noção de “alianças afetivas”, o artigo sugere que repensar a prática historiográfica implica também rever pressupostos, modos de leitura e os limites de uma linguagem que, por muito tempo, pretendeu falar de forma universal.

Trata-se, assim, de um texto que amplia o horizonte da reflexão historiográfica ao mesmo tempo em que interroga o lugar do historiador diante da pluralidade de saberes que atravessam o tempo presente. O texto formula, nesse sentido, uma exigência importante, a de que o encontro entre mundos distintos não se resolve pela simples incorporação de novos objetos a categorias já conhecidas. O que parece ser algo mais profundo e mais difícil é a disposição de rever a própria gramática com que se lê, se escuta e se escreve.

Se a escrita da história exige atenção aos limites de suas linguagens e categorias, o ensino de História é um dos lugares em que esses limites se tornam mais visíveis e mais decisivos. É na escola que muitos dos esquemas fundamentais de inteligibilidade do passado são aprendidos, repetidos, estabilizados ou, em alguns casos, colocados em questão. Nesse sentido, o artigo “À procura do Tempo: Apropriações e Ortodoxias do Conceito de tempo histórico nos livros didáticos”, de Rafael Schier Granada e Fernanda Stockler, nos convida a pensar o manual escolar menos como simples suporte pedagógico e mais como espaço de formulação histórica, no qual se condensam escolhas narrativas, conceituais e políticas sobre o tempo. Ao se voltar para as formas de apresentação da cronologia, da periodização, das durações e das diferentes experiências temporais, o texto lembra que ensinar História nunca é apenas transmitir conteúdos, é na verdade,

oferecer formas de ordenar o mundo, de reconhecer rupturas e permanências, de definir centros e margens, de tornar algumas temporalidades mais legíveis do que outras.

A questão se torna ainda mais central quando percebemos que certas formas de organizar o passado continuam presentes mesmo depois de terem sido amplamente criticadas pela própria historiografia. A crítica ao eurocentrismo, por exemplo, muitas vezes aparece ao lado de estruturas narrativas e temporais que ainda mantêm a Europa como referência central na organização da experiência histórica. O interesse do artigo está justamente em evidenciar que essa tensão não é um aspecto periférico do ensino, mas parte do próprio modo como o conhecimento histórico é selecionado, sistematizado e transmitido no espaço escolar.

Em “Confissões”, de Santo Agostinho, existe um trecho relativamente famoso que busca pensar sobre o tempo. Suas palavras transmitem a transigência do termo, quando diz: “Se ninguém me perguntar eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. Porém, atrevo-me a declarar, sem receio de contestação, que, se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro e se agora nada houvesse, não existiria o tempo presente” (Santo Agostinho, 2024, p. 494-495). Definir o que é isso e como o compreendemos é, no fim, um constante desafio. O livro didático, de acordo com Rafael Schier Granada e Fernanda Stockler, é uma das possibilidades de contemplarmos as formas de transmissão do conhecimento teórico que historiadores e historiadoras produziram sobre o tema.

Mas como Walderez Ramalho afirma, “a experiência do tempo não pode ser totalmente compreendida a partir de uma perspectiva cronológica” (2020, p. 120). É necessário pensá-lo, também, em seu aspecto qualitativo, da experiência e da singularidade. Aqui, é possível encarar “*kairós* como o caráter excepcional do tempo oportuno, cujo surgimento não pode ser previsto, mas que, uma vez ocorrido, possibilita transformações potencialmente radicais no mundo” (Ramalho, 2020, p. 120). Nosso novo número proporciona um momento de reflexão no trânsito dessa assimetria.

Do tempo-*chronos* dos livros didáticos em “À procura do Tempo: Apropriações e Ortodoxias do Conceito de tempo histórico nos livros didáticos”, chegamos ao tempo-*kairós* da redemocratização brasileira do século XX em “A hidra vermelha e a luta dos livros: a guerra pela memória e os legados de uma percepção conspiratória da redemocratização brasileira”, de Alexandre Siqueira Lima. A partir do livro ‘A Hidra Vermelha’ e de documentos do Centro

de Informações do Exército, Lima nos conduz por entre as linhas de um fantasma político que ainda assombra os debates políticos atuais: a ameaça do comunismo e seus possíveis impactos no cenário democrático brasileiro.

Em seu artigo, a percepção de militares vinculados à estrutura da ditadura militar é analisada em sua potencial construção de teorias da conspiração ou mitologias políticas, em um misto de ausência de complexidade histórica e relações de poder vistas através de lentes distorcidas. Este trabalho é um instrumento de reflexão duplo sobre *kairós*. O processo de redemocratização é, depois de 21 anos de ditadura, um lugar de tempo como emergência, no sentido duplo da palavra. É o ato de emergir. É o momento decisivo no qual os contornos do tempo futuro seriam delineados.

É, também, o ponto em que nós, nesse lugar distante do tempo cronológico, somos confrontados com a atualidade de muitos debates. Com o caráter que faz perdurar construções que, em trinta anos, não desapareceram do nosso debate político. Estar aqui, agora, contemplando trabalhos como os que apresentamos nesse número, refletindo sobre o tempo como emergência, é viver o *kairós* em si. Nesse ano de decisões transformadoras na esfera acadêmica com o fim da Qualis, na esfera social com as notícias impactantes de violação e feminício, e na esfera política com o ano de eleições, para onde vamos depois desse momento decisivo? O que será desse nosso tempo oportuno?

Se tem algo que nosso passado nos ensina, é que a reflexão pode, e deve, ser contínua. É um pouco do que o artigo ““Racista, sim! Eugenista!”: reflexões sobre a circulação e a recepção da tela “A Redenção de Cam” (1895) nas redes sociais”, de Miguel Lucio dos Reis, nos conduz a contemplar. Partindo da circulação e recepção da tela “A Redenção de Cam” (1895) nas redes sociais, o autor trabalha com três eixos de análise para investigar as ações afetivas e sensoriais que surgem com a observação da obra de arte. Em tempos qualificados pelo autor como sendo de “ativismo virtual contra o racismo”, o quadro retorna como um motor de diálogo e de construção de contranarrativas. Um instrumento de encontros e divergências.

Aqui, é interessante pensar como a imagem vista ou representada, independente do recorte temporal no qual foi produzida, pode ser um elo poderoso de análise. De “A Redenção de Cam” (1895) às Danças Macabras medievais, de papéis sociais à figuras políticas como Constantino I, compreender os contornos e lacunas da produção e resgate de memórias é algo que permeia as três publicações finais de nosso número. O artigo “Bom médico é aquele que sabe se curar: físicos

e a medicina nas Danças Macabras do século XV”, de Erika Peres Ventura, apesar de distante em termos cronológicos, também revisita a pintura como local de tensão.

As Danças Macabras do período tardo-medieval nos colocam frente a frente com o morrer. Nos conduzem por entre as imagens e textos, explorando as angústias desse espetáculo que é, em última instância, protagonizado tanto pelos vivos, quanto pelos mortos. Em seu trabalho, somos confrontados com o físico do século XV, portanto seus instrumentos de trabalho e articulando o exercício da fé e da racionalidade, como uma espécie de porta de entrada para a medicina de seu tempo e o aspecto material do inevitável: a morte. Ventura constrói uma narrativa que nos deixa diante da inevitabilidade do aspecto humano. De certa forma, com a inevitabilidade do fim.

E neste gancho, ao concluir nosso número 47, somos guiados por dois mortos que desafiam o fim material através da memória. Em “A representação do imperador Constantino I na História Nova: crítica, memória e perspectivas de Zósimo (século VI E.C.)”, de Jéssica da Costa Minati Moraes, a autora nos transporta para a Antiguidade Tardia, em outro marco do tempo-*chronos*, para pensarmos a história como construção do sexto século por meio da pena de Zósimo, autor da “História Nova”. Ao mobilizar a representação e a memória para narrar Constantino I, Zósimo produz uma visão de mundo com diferentes significados acerca do Imperador e de seu tempo, as quais são analisadas pela autora.

Moraes, em seu texto, nos proporciona uma reflexão final importante para o fazer historiográfico. Da antiguidade até a contemporaneidade, a narrativa pode ser um instrumento poderoso de construção de mundo e ler pode ser a possibilidade de resignificação à sua maneira. Nós, da Em Tempo de Histórias, com nosso primeiro número do ano de 2026 e através deste texto de abertura, convidamos nossos leitores a refletirem sobre esta responsabilidade epistemológica. Se nosso ofício depende da palavra escrita, como pretendemos “escutar os mortos com os olhos”, para parafrasear Quevedo? Como fazemos de nossas palavras instrumentos de compreensão do tempo, da memória, da arte, da política e da sociedade?

Talvez essa seja, com sorte, nossa eterna inquietação.

Referências Bibliográficas

RAMALHO, Walderez. Reinterpreting the “times of crisis” based on the asymmetry between chronos and kairos. **História da Historiografia**: International Journal of Theory and History of Historiography, Ouro Preto, v. 14, n. 35, p. 115–144, 2021. DOI: 10.15848/hh.v14i35.1733. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/1733>. Acesso em: 27 mar. 2026.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Tradução: J. Oliveira Santos (S. J.) e A. Ambrósio de Pina (S. J.). Rio de Janeiro: Valdemar Teodoro Editor, 2024.